

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE

319

-----Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e doze, pelas dezanove horas quarenta minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Batista, em Porto de Mós, reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respetiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2011; -----

-----2. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98, de 26 de maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância (Artigo 10º da Lei nº 24/98, de 26 de maio);-----

-----3. Modificações Orçamentais: 3º Alteração às Grandes Opções do Plano do Ano de 2012;-----

-----4. Concessão de Exploração do Bar/Restaurante das Piscinas Municipais e do Bar de Apoio às Piscinas Exteriores;-----

-----5. PROC.N.º 182/2008- REQUERENTE – S.A.GASPAR, Lda., requer na qualidade de explorador da pedreira denominada “Pia do Além”, sita no lugar de Espinheiro, Freguesia de São Bento, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respetiva pedreira;-----

-----6. Designação pela Assembleia Municipal de dois cidadãos eleitores para integrarem a CPCJ – Comissão Alargada, nos termos da alínea I, do artigo 17º da Lei nº 147/99 de 1 de setembro;-----

-----7. Eleição de um autarca de freguesia para representação no Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal em conformidade com o disposto na alínea e), do nº 2, do artigo 157º do Decreto Lei nº 2/2011 de 6 de janeiro;-----

-----8. Declaração de todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2011, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de abril;-----

-----9. Declaração dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2011, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de abril;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----10. Declaração de todos os pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2011, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de abril; -----

-----11. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: José Carlos Fiel Amado Miguel (Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro – PSD/Falta Justificada), Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS/ Falta Justificada), Rita Isabel da Silva Pereira (PS – Falta Justificada), -----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Anabela Martins, Luís Manuel Coelho de Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu depois, que tendo ficado pendente a aprovação da penúltima ata para correção de alguns erros ortográficos enunciados pela deputada municipal Ana Narciso, que foram entretanto corrigidos, passou a colocá-la a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou em discussão a ata da anterior sessão, tendo-se inscrito para intervir a deputada municipal Ana Narciso, que passou a dizer que talvez por lapso, na página 307 da ata em discussão não consta a votação que ocorreu relativamente à proposta que Hélder Paulino apresentou. O senhor Presidente da Assembleia continuou dizendo que Hélder Paulino retirou a proposta, retrucando Ana Narciso que sim, mas que a mesma foi votada. Disse ainda o senhor Presidente da Assembleia que o deputado Virgílio Casimiro o alertou para o facto de que se ocorresse a votação se corria o risco de não haver unanimidade das duas bancadas, tendo o deputado Hélder Paulino retirado a sua proposta e tendo a senhora deputada Ana Narciso também retirado a sua. O senhor Presidente propôs então que se ouvisse novamente a gravação da sessão anterior e que se fizessem as correções que tivessem que ser feitas. Assim sendo, ficou suspensa até à próxima sessão a aprovação da presente

320

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

321

ata devendo a senhora deputada dirigir-se aos serviços administrativos da Assembleia Municipal a fim de ouvir a gravação em causa para que se façam as correções que hajam que ser feitas. O senhor Presidente da Assembleia disse ainda que com a última documentação enviada aos deputados municipais, foi enviada uma segunda versão da ata por se terem detetado três erros ortográficos na mesma. Ana Narciso disse ainda que na página 294 se lê “*intervido*” quando se deveria ler “*intervindo*”.

-----Assim sendo, e ouvida que foi a gravação, fica a constar da redação da ata anterior a páginas 307: “*O senhor Presidente da Assembleia, disse que existem duas propostas de alteração da moção apresentada, que irá pôr a votação sendo a primeira do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima que propõe que se retire a Fundação Batalha de Aljubarrota do grupo de trabalho proposto. Desta forma, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que existem duas propostas de alteração da moção apresentada e que irá perguntar à Assembleia Municipal se concorda que se proceda à votação destas alterações. Assim, passou a perguntar à Assembleia Municipal se concordava que a moção fosse alterada de acordo com a proposta que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima apresentou, tendo esta sido aprovada por maioria, com 10 votos contra, 5 abstenções e 19 votos a favor.*-----

- -----**António Pires** interpelou o senhor Presidente da Assembleia dizendo que os proponentes da moção devem ter uma palavra a dizer....”-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS)**, usou da palavra para dizer que, ainda não teve oportunidade de falar com António Pires sobre esta questão, mas que é sua convicção que como se tratava de uma moção, a mesa nem sequer deveria aceitar as questões das alíneas. Disse ainda, dirigindo-se às bancadas do Partido Socialista e do PSD, e achando que António Pires também comunga dessa opinião, que os deputados municipais não podem portar-se como se portaram (Hélder Paulino e Ana Narciso) não confiando naquilo que foi acordado entre os representantes das suas bancadas. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse ao anterior interveniente que não é isso que está em discussão neste momento, remetendo esses comentários para o Período de Antes da Ordem do dia. Perguntando depois se mais alguém teria algum reparo sobre a ata e não havendo mais pedidos de intervenção, disse que ficaria pendente a verificação de se houve ou não houve votação, devendo ser corrigida a ata, no caso de esta ter ocorrido.-----

-----2. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os membros que desejarem a sua consulta. -----

-----Acerca da moção apresentada pelo deputado **Carlos Vieira** sobre a Televisão Digital Terrestre (TDT), e enviada à ANACOM, disse que mereceu a resposta que passou a ler, e que fica arquivada para consulta.-----

-----Sobre a moção sobre o Campo Militar de S- Jorge, disse que a mesma foi enviada a todas as entidades que foram convidadas para formar um grupo de trabalho para discutir o assunto, e dessas entidades todas responderam, com exceção da Fundação Batalha de Aljubarrota. Disse ainda que decidiu também enviar esta moção para os principais financiadores da Fundação e que são a Casa de Bragança, a Casa de Cadaval e a Fundação Calouste Gulbenkian.-----

-----Continuou dizendo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Calvaria de Cima, bem como o senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, se mostraram disponíveis para integrar esse grupo de trabalho, tendo o IGESPAR enviado o ofício nº 4166, datado de 05.04.2012 que passou a ler e que ficará arquivado para consulta. Após dar conhecimento à Assembleia do teor desse ofício, disse ainda que achava que o senhor Presidente da Câmara e os proponentes da moção deveriam dar uma resposta a este ofício, através dos serviços da Assembleia. -----

-----Disse depois que recebeu mais uma informação do munícipe José Conteiro ainda sobre o processo dos Combatentes de Porto de Mós, dando conta que o senhor Almirante Matias lhe fez chegar uma carta onde referia a reunião que teve com o Presidente da Liga dos Combatentes acerca deste assunto. Aproveitando o facto de se estar a falar dos combatentes, disse que queria dar os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia do Arrimal, pela magnífica obra que ali erigiu e que recorda todos os habitantes daquela freguesia que participaram em ações em prol da Pátria. Parabenizou também todos os Presidentes das Juntas de Freguesia que foram realizando eventos, congratulando-se com estas realizações. Disse ainda querer dar os parabéns à Câmara Municipal pela assinatura do protocolo com a Universidade Aberta, considerando tratar-se de um acontecimento da mais alta importância, que irá permitir a habitantes desta região melhorar as suas competências.-----

-----**Ana Narciso (PSD)**, pedindo a palavra disse que falta sistematicamente algo que tem vindo a pedir e que ainda não existe nesta Assembleia, e que é um relógio. Continuou dizendo que, relativamente à marcação do tempo, tem algo para pôr à consideração da mesa se esta achar conveniente, exibindo uma ampulheta e pedindo permissão para que a mesma fique na mesa da assembleia, respondendo o senhor Presidente que não haveria problema em que a mesma ali

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ficasse, mas que não a iria utilizar referindo ainda que os tempos de intervenção dos membros da assembleia estão fixados regimentalmente. Ana Narciso disse ainda que estava a tomar esta atitude com toda a seriedade e por uma questão de transparência, respondendo o senhor Presidente da Assembleia que a transparência está dentro de cada um e que ninguém estará aqui com segundas intenções, passando a dizer que aceita inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

323

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia recordou que as intervenções de cada membro da assembleia não devem ultrapassar cinco minutos e que cada um, neste período só deve intervir uma vez.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra, começou por dizer que estão todos aqui há dois anos e meio, a ganhar dinheiro e a perder tempo, achando que não têm feito o suficiente em seu entender. A população que votou neles, achou que iriam desempenhar um bom papel, e o seu papel fundamental é arranjar maneira de que essas populações vivam melhor do que vivem, arranjando soluções para os seus problemas referindo que não tem visto isso e salientando que não está a falar de partidos mas sim deles próprios enquanto membros desta assembleia. Continuou dizendo achar que deviam fazer mais nesse sentido, apresentando soluções para os problemas das populações, apresentando propostas que fossem votadas e que abrissem a discussão sobre as dificuldades da população do concelho. Disse depois que uma das coisas que faz as pessoas mais felizes é terem esplanadas onde convivam com os outros, perguntando, quantos esplanadas existem neste concelho e que taxas é que a Câmara está a levar pelas esplanadas, referindo que esta é apenas uma ideia.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Usou da palavra dizendo querer perguntar ao executivo, acerca da Avenida de Santo António, se deixou de haver policiamento ao parquímetros, porque se verifica uma certa anarquia, havendo algum incumprimento por parte de quem utiliza aquele espaço para estacionar as viaturas.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Disse querer felicitar a Junta de Freguesia do Arrimal na pessoa do seu Presidente, pelo belo monumento que ali foi inaugurado não só em honra dos combatentes falecidos, mas em honra de todos os combatentes. Continuou dizendo que lhe parece extremamente feliz e bem conseguido,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito significativo e contará a história às novas gerações. Disse ainda que, se o monumento não tiver direitos de autor e a Junta de Freguesia autorizasse, deixaria um desafio que seria o de que cada junta de freguesia do concelho, tivesse um monumento semelhante. -----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Passou a referir-se à falta de reparação de alguns caminhos do concelho, fazendo menção à estrada da Cabeça das Pombas, Casal Velho, Moita do Açor, Covão do Frade, assim como a luz junto à Capela da Cabeça das Pombas, e ainda a estrada da Ramalheira em Arrimal. Disse depois que persiste o velho problema da água no Alqueidão da Serra. Disse ainda que queria chamar a atenção da Assembleia Municipal para coisas como a seca na agricultura bem como para a situação que vivem hoje os exploradores de calçada à portuguesa. Continuou dizendo que se a situação da agricultura já era complexa e muito difícil, esta seca que nos bateu à porta veio provocar um aumento considerável dos custos de produção da agricultura que vê baixar constantemente os seus produtos, dizendo achar que o Ministério da Agricultura não atuou como devia, pois o que deveria ter feito era o adiantamento que ainda falta fazer do RPU (regime de pagamento único) da campanha anterior, pois os agricultores apenas receberam 80% do mesmo, acrescentando que seria positivo que Assembleia Municipal fizesse sentir ao Ministério da Agricultura toda esta situação. Fez depois menção à situação catastrófica por que estão a passar também os industriais de exploração de calçada, salientando que as zonas serranas do concelho caminham aceleradamente para o empobrecimento, referindo que a Assembleia Municipal não pode ficar indiferente a tudo isto, devendo fazer sentir a quem tem poder de decisão a situação que as populações vivem.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra, referiu que queria reforçar o que o seu colega de bancada (Virgílio Casimiro) disse, e que esta Assembleia não pode ficar indiferente aos problemas que atravessam o concelho e que é preciso fazer mais propostas e que elas sejam contempladas, recordando que já fez várias não tendo sido nenhuma delas contemplada.-----

-----Continuou dizendo que outra área que a preocupa e na qual está envolvida é Leiria Região de Excelência, dizendo que Leiria só será excelente quando todos os concelhos que a compõem também sejam excelentes. Há um caminho que se deve fazer, há uma reflexão que está a ser feita e que deve ser trazida aqui, em todas as áreas, seja na educação, na agricultura, ambiente. Referiu depois que há uma área em que ainda é possível intervir, perguntando se está a ser feito, e que é uma candidatura aos Municípios Amigos do Idoso, que decorre até ao dia 30 de abril, podendo candidatar-se todos os municípios que queiram apresentar uma área onde sejam excelentes, sendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essas áreas várias, desde o ambiente, espaços verdes e vias pedonais, rodovias, tráfego, ciclovias e segurança entre outros. Passou depois dizer que deixa aqui mais uma proposta, embora achando que a mesma não será contemplada. Quanto à calçada, disse que Luís Buchinho tem uma moda muito interessante, em que se inspirou na calçada à portuguesa, e se calhar não sabe que a calçada à portuguesa vem daqui desta zona, pelo que seria muito interessante trazer aqui o Luís Buchinho e dar uma nova dimensão à calçada à portuguesa porque dela se faz arte. É uma outra dimensão, que é preciso trazer para que o concelho tenha nos seus nichos de excelência, escala. Referiu depois, que ao nível da cultura, se poderão trazer nomes que possam dar escala e dimensão ao concelho. -----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----
-----Usando da palavra disse que se queria congratular pela assinatura do protocolo que a Câmara Municipal assinou com a Universidade Aberta, prestigiando assim o concelho e o distrito. Disse depois que concorda com Ana Narciso, quando ela diz que o distrito tem de ser o somatório de todos os concelhos, subscrevendo o que aquela disse anteriormente. -----

-----Dirigindo-se depois à Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria, referiu-se ao culto de Nossa Senhora dos Prazeres, dizendo que este apenas existe em Portugal e em mais lado nenhum do mundo, e apenas na Beira interior e aqui em Alcaria.-----

-----Referiu-se depois ao monumento que foi inaugurado no Arrimal, relativo aos Combatentes do Ultramar, dizendo que o mesmo está muito bem contextualizado historicamente e parabenizando o senhor Presidente da Junta de Freguesia.-----

-----Continuou depois dizendo que ficou muito agradado hoje, quando subiu a escadaria desta vetusta Assembleia, e viu exposto algum do espolio do Museu Municipal, estando também por isso a Câmara de parabéns. Deu ainda os parabéns à Câmara pela comemoração do Dia Internacional de Sítios e Monumentos, no dia 18 de abril tendo a Câmara decidido convidar uma especialista sobre o Castelo de Porto de Mós.-----

-----Referindo-se depois ao ofício do IGESPAR, disse que o mesmo era tremendamente enxovalhador para esta Assembleia Municipal, que é sufragada pelo voto universal dos cidadãos e o IGESPAR é apenas um instituto de nomeação técnica. Continuou dizendo que na moção não se pede a desclassificação do monumento, mas sim a desclassificação da ZEP.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):** usando da palavra passou a dizer que após uma consulta através de inquérito realizado a mais de cem jovens de algumas escolas do concelho de Porto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

326

Mós, foram colocadas algumas questões acerca do que gostariam de ter na sua terra, Porto de Mós, que preenchesse uma lacuna e que fosse ao encontro de algo que atraísse outros jovens ao concelho procurando promover e divulgar a sua terra. Todos estes inquéritos foram devidamente tratados, tendo como objetivo retirar algo de maior interesse para esta camada social a quem se deve dar a maior importância. À questão, dá a tua opinião sobre o que achas que faz falta na tua terra, faz um reparo a algo que te pareça menos bem, sugere, esta foi sem dúvida a mais comentada. Foi sugerida por cerca de 40% dos inquiridos, a existência de um equipamento de desporto e lazer, a construção de um skate park no parque verde de Porto de Mós. Do ponto de vista económico, trata-se de um projeto absolutamente insignificante, quando comparado com os restantes investimentos feitos no referido parque. Existe um espectro muito alargado do ponto de vista de investimento para os mais variados tipos de skate parks. É possível inicialmente realizar um pequeno investimento com equipamento de menor dimensão e consoante a sua afluência ou procura, poder o mesmo ser melhorado e ampliado. Com este projeto, o município atrai os jovens, não só portomosenses, mas também dos concelhos vizinhos, visto que a proximidade de igual equipamento, está à distância de 20 Km, em Leiria. Relativamente à rentabilidade e utilização do espaço, trata-se da possibilidade da organização de torneios e eventos a nível nacional, que mais do que novos participantes trás também mais pessoas à vila e por consequência o crescimento do comércio local. Considerando que a probabilidade de sucesso de cada projeto é tanto maior quanto mais prospeção for efetuada nos potenciais intervenientes no mesmo, este inquérito reflete uma percentagem significativa tendo em conta o universo existente. Para terminar, disse querer realçar que esta não é uma proposta da JSD, mas de jovens portomosenses, tendo a JSD neste processo, apenas o papel dinamizador de respeito da vontade dos inquiridos. Atentos estes considerandos, propõe-se que esta Assembleia delibere no sentido de sugerir à Câmara Municipal a construção de um equipamento de skate park, no Parque da Vila, em complementaridade com os equipamentos que estão previstos para este espaço. Disse ainda ser esta proposta que aqui está a apresentar à Assembleia e que gostaria que fosse objeto de debate e de aprovação ou rejeição conforme os membros desta Assembleia entenderem. Disse que apresentava à mesa a proposta escrita, que vai acompanhada por um estudo daquilo que de melhor se tem feito nesta matéria nalguns municípios, relevando o caso do Município de Sines. Disse ainda que é acompanhado também de um modelo do inquérito que foi apresentado, dizendo que está na linha daquele que deve ser o comportamento dos jovens. Boa ou má ideia, é algo que os inquiridos desejam e os eleitos devem pensar nessa viabilidade e também de dar utilidade à sua presença nesta Assembleia e da representação que devem ter dos jovens que os elegeram.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

- -----Referiu que gostaria apenas de salientar dois ou três pontos, começando por referir o problema da Estrada da Boeira, que já partiu. Continuou dizendo que existe o problema do sinal da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

327

escola da Cumeira, porque o mesmo foi reparado com a colocação de uma cinta, nunca mais se tendo resolvido o problema de forma definitiva. Referiu-se ainda aos sinais da Cruz da Léngua que estão bastante vandalizados. Disse depois que em todas as sessões desta Assembleia se fala da zona Industrial de Porto de Mos, pedindo que se faça o ponto da situação da zona industrial do Juncal. Referiu-se depois ao problema do Salão Paroquial, porque neste momento o Juncal não tem nenhum espaço onde se possa fazer uma reunião seja de que tipo for.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----
-----Usando da palavra começou por dizer que o púlpito agora instalado nesta Assembleia não é um exclusivo da bancada do PSD, embora a sua colocação tenha sido sugerida por esta força partidária e que quem quiser usa e quem não quiser não usa.-----

-----Continuou depois, dizendo que começaria por analisar a carta que o IGESPAR mandou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que acha que é uma carta seca demais para aquilo que foi a sua preocupação e dos restantes proponentes na última Sessão desta Assembleia e que foi tentar arranjar aqui algum consenso para resolver o problema do Campo Militar de S. Jorge. Disse ainda que o texto da moção embora elaborado por António José Teixeira foi subscrito por todos os presentes com exceção de Ana Narciso, dizendo que pode entender que haja aqui uma má interpretação, porque quando se fala de desclassificação do monumento, quer-se referir a questão da ZEP e a redução da sua área, sendo esta a ideia que presidiu à proposta apresentada e tendo sido essa ideia que esta Assembleia subscreveu. Propôs depois que os proponentes da proposta, com o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Assembleia elaborassem uma resposta ao IGESPAR, para se ultrapassar esta situação. Disse ainda que depois de ter ocorrido a anterior sessão já houve reuniões sobre este assunto com o IGESPAR ou alguém ligado ao mesmo, dizendo esperar que as pessoas que nelas participaram e que estão aqui digam algo sobre o que se passou.-----

-----Disse depois que, tanto quanto sabe, existem apenas três pessoas no concelho que são profissionais da política a tempo inteiro, e que são o senhor Presidente da Câmara e os dois vereadores a tempo inteiro, havendo ainda cerca de trezentos funcionários da autarquia. Aqui na Assembleia Municipal todos são amadores dizendo que podem sugerir e dar ideias, mas o trabalho de campo tem de ser feito pelos profissionais. Disse depois que na última sessão perguntou ao senhor Presidente da Câmara como é que estava a estrada que liga o Tojal à Ribeira de Baixo, tendo aquele respondido que o problema estava no senhor António Fino Vasco que nunca mais lhe arranjou uma solução para a situação. Continuou dizendo que o senhor António Fino Vasco não é profissional da política, pelo que procurou saber o que se passava, referindo que o senhor António Fino Vasco lhe disse que esse assunto estava tratado com o senhor Presidente da Câmara há um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

328

ano aproximadamente, sabendo este que o dono do terreno deixava cortar o que for necessário para alargar a estrada, com a condição de lhe ser feito o muro. Disse ainda que o que queria era esclarecer o assunto e quando é que essa estrada, que já aparece no orçamento há uma serie de anos, se concretiza. Acrescentou depois que também soube que a Câmara teria respondido à Junta de Freguesia de S. Pedro, dizendo que não fazia muros a ninguém e comentando o facto, referiu, que se o proprietário oferece o terreno à Câmara, o que faltava era que também tivesse que fazer os muros.-----

-----**Manuel Carvalho Amado (Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal – PSD):**-----

-----No uso da palavra, referiu que se queria congratular com a presença de todos na inauguração do Monumento aos Combatentes no Ultramar que foi erigido na sua freguesia.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia usou da palavra também, dizendo ter estranhado que em todas estas intervenções, ninguém falasse sobre o processo administrativo autárquico, que tanto quanto sabe, já foi aprovado na Assembleia da República. Logo que a lei seja pública do DR, será enviada a todos os membros da Assembleia, e cada vez mais urge que as atitudes de negação sejam substituídas por atitudes construtivas. Disse ainda que é preciso arranjar soluções, dizendo que irá haver uma Assembleia Extraordinária entre a sessão presente e a de junho, e aí terá que se deliberar. Continuou dizendo que agradecia que o senhor Presidente da Câmara desse as informações que tiver acerca do assunto.-----

-----A **António Ferraria** disse que este pode apresentar as moções que entender e a Assembleia discuti-las-á, por que nunca se recusou a discutir nenhuma moção. Quanto a **Ana Narciso**, disse que esta escreveu já em jornais e que agora volta a dizer aqui, que esta Assembleia não aceita as suas propostas, tendo até escrito que são de marialvas. Nesta assembleia, disse, funciona a regra da democracia e portanto as propostas são apresentadas, discutidas e votadas, decidindo a maioria.--

-----O senhor Presidente da Assembleia passou depois a referir-se à proposta apresentada à mesa pelo membro desta Assembleia **Luís Monteiro**, dizendo querer perguntar ao proponente o seguinte: atendendo a que a ordem de trabalhos desta sessão tem onze pontos e ainda não se começou a discuti-la, atendendo a que esta não é uma situação urgente e que certamente requer algum estudo técnico prévio, perguntou ao proponente se via algum inconveniente em que esta proposta fosse agendada para a próxima sessão como ponto da ordem de trabalhos, sendo a mesma discutida e votada, pois talvez não se esteja em condições hoje de a discutir por falta de informação técnica.-----

-----**Luís Monteiro** respondeu ao senhor Presidente da Assembleia dizendo que o que está a propor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

329

é simplesmente que a Assembleia delibere no sentido de propor à Câmara a realização do parque ali proposto, sendo certo que os estudos técnicos serão da Câmara em fase posterior. O senhor Presidente da Assembleia perguntou então ao membro proponente se a Assembleia estaria em condições de propor à Câmara que desenvolva determinada obra sem que baseados num estudo técnico, se verifique a viabilidade da obra em questão. **Luís Monteiro** usando da palavra novamente, disse que a proposta que fez está feita e que se a Assembleia Municipal quiser votar contra que o faça. Perante isto o senhor Presidente da Assembleia referiu que perante estas palavras teria que perguntar à Assembleia da pertinência da proposta de agendamento deste assunto para a próxima sessão, que ele próprio fez.-----

-----O senhor Presidente da Câmara interveio pedindo ao senhor Presidente da Assembleia que abordasse esta questão no final de ele próprio falar tendo este concordado, passando assim a palavra à Câmara.-----

-----Continuando, o senhor Presidente da Assembleia disse que a senhora Vereadora da Educação lhe pediu para em cinco minutos comunicar informações sobre o teor de uma informação importante para esta Assembleia. Disse que é um assunto do qual só teve conhecimento aqui à entrada e embora não estando agendado é importante que esta Assembleia tenha conhecimento dele.-----

-----A senhora Vereadora da Educação Anabela Martins passou a ler a seguinte comunicação à Assembleia Municipal:-----

-----Venho respeitosamente informar V. Ex^{as} que a Câmara Municipal foi notificada pela Direção Regional da Educação, no âmbito do processo de reordenamento da rede escolar, da intenção do Ministério da Educação em proceder ao encerramento de três escolas básicas do primeiro ciclo, sitas no concelho de Porto de Mós, a saber: Alvados, S. Bento e Tremoceira.-----

-----Na sequencia dessa mesma notificação, a Câmara usou do seu direito de resposta e juntamente com as freguesias onde estão inseridas as escolas em questão, enviou à DREC o seu parecer, o qual foi anexado, e onde transmite o seu desacordo pelo encerramento das escolas assim como toda a fundamentação subjacente à sua discordância. Mais se informa, que em reunião solicitada pela DREC, onde estiveram presentes os representantes da Direção de ambos os agrupamentos de escolas do concelho e respetivos presidentes dos conselhos gerais, fomos informados da intenção de proceder à agregação das unidades de gestão escolar do concelho, tendo as partes se manifestado contra essa mesma agregação. A intervenção da autarquia foi de tomar uma posição discordante relativamente à agregação das duas unidades de gestão do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

330

concelho, invocando diversos argumentos, designadamente a dispersão das escolas básicas e dos jardins de infância, a sua distancia à sede bem como a acentuada divisão e vazio demográfico entre as zonas geográficas de ambas. Fomos ainda informados, que previamente à decisão final de Sua Excelência o senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, o município, em fase de consulta, será notificado para se pronunciar no prazo máximo de dez dias, notificação essa que ainda não veio a ocorrer. Pelo exposto, somos certos que é de todo pertinente a Assembleia Municipal ser conhecedora dos factos, assim como ser relevante pronunciar-se sobre os mesmos.-----

----- Continuou, depois dizendo que relativamente ao encerramento das escolas a Câmara já foi notificada tendo já dado o seu parecer e sido comunicado à Direção Regional, acrescentando que aqui a intenção era que a Assembleia Municipal fosse solidária no sentido de não serem encerradas as escolas acima mencionadas. Quanto à agregação dos dois agrupamentos, disse que essa notificação ainda não se deu, sendo essa a razão por que tal não veio à Assembleia Municipal, pois ainda não existe notificação formal dessa intenção. No entanto e por que os timings são muito limitados, dispondo a Câmara apenas de dez dias para emitir parecer, quando ocorrer a próxima sessão os prazos já terão terminado. Assim, e face ao que acima já foi dito, reiterou que a intenção da Câmara vai no sentido de que a Assembleia Municipal se solidariza com a sua posição face à intenção do Ministério encerrar as três escolas do ensino básico, acima mencionadas e de que aquando da receção da notificação relativamente à agregação dos dois agrupamentos, subscrevesse, nomeadamente através dos partidos aqui representados, o parecer da Câmara e a sua intenção de discordar dessa agregação.-----

-----Seguidamente passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara, começando por responder a Virgílio Casimiro, e fazendo menção às palavras deste quando referiu a melhoria das condições de vida da população de Porto de Mós razões para as quais foram eleitos. Disse a este propósito que falar neste problema três anos depois de serem eleitos é tarde de mais, dizendo que esse tem sido o desafio do executivo todos os dias. Continuou ainda dizendo que os problemas se resolvem nos locais de trabalho e não nas esplanadas que são locais de tertúlias.-----

-----**António Pires** pôs um ponto de ordem à mesa, dizendo que o senhor deputado Virgílio Casimiro havia feito uma proposta à Assembleia Municipal, pelo que o senhor Presidente da Câmara não tem que opinar acerca disso.-----

-----O senhor Presidente da Câmara continuou, dizendo que quando se fala de melhorar as condições de vida da população do concelho de Porto de Mós, ele, enquanto Presidente da Câmara tem algo a dizer.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **António Almeida**, disse que nesta altura em que existem obras em diversos locais da vila de Porto de Mós, a fiscalização dos parquímetros está suspensa, tendo isso sido objeto de deliberação de Câmara e tendo a mesma sido comunicada à GNR.-----

-----A **Carlos Vieira** o senhor Presidente da Câmara disse subscrever tudo o que este aqui disse relativamente ao monumento dos Heróis do Ultramar, dizendo que já teve oportunidade de felicitar pessoalmente o senhor Presidente e todo o executivo da Junta de Freguesia de Arrimal, dizendo que ali estão escritas várias páginas da História de Portugal.-----

-----Quanto a **António Ferraria**, disse que lhe pode dar um numero cujo levantamento foi feito por um elemento da Junta de Freguesia de S. Bento, dizendo que nos últimos tempos, foram reparados em S. Bento 24 km de estradas em tout venant, parceria da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Quanto à água do Alqueidão da Serra, disse que a obra já está adjudicada estando só à espera da revisão que vem hoje aqui à Assembleia Municipal, para que a obra possa ser iniciada. Acrescentou ainda que já existe acordo com o proprietário dos terrenos para a construção dos depósitos da água, referindo que o valor dos terrenos para implantar aquela construção é do valor de seis mil euros.-----

-----Quanto à seca que se tem feito sentir disse que a chuva que caiu ultimamente, pode ter contribuído para beneficiar a agricultura, mas não para a melhoria dos níveis freáticos, dizendo que quanto aos furos de captação de água começam a ser objeto de alguma preocupação. No que se refere ao problema existente com a calçada à portuguesa disse que este está intimamente ligado à crise que se vive na construção civil.-----

-----Relativamente à intervenção de **Ana Narciso**, referiu que o relógio que para aqui trouxe para contagem de tempo não está a resultar muito bem uma vez que está debaixo da mesa e que uma campanha surtiria mais efeito. Disse ainda que falou também sobre os problemas que afetam o concelho, dizendo que a resposta que lhe dá é exatamente a mesma que já deu a Virgílio Casimiro, porque, ele pessoalmente e o executivo sem exceção, e também os senhores Presidentes de Junta e mesmo os deputados municipais, já sentem essa preocupação há três anos, e não apenas na reta final do mandato. -----

-----Referiu-se depois a Leiria Região de Excelência, dizendo que se trata de um projeto interessante no qual a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral está empenhada e quarta feira passada foi dado mais um contributo para discutir os problemas do distrito, na Tertulia do NERLEI, que tinha a ver com fatores críticos da sustentabilidade, tendo estado presente o Presidente da Agencia Portuguesa do Ambiente que deu um grande contributo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

332

-----Disse depois que anterior deputada falou também na melhoria para as condições de vida dos idosos, referindo que algo se tem feito no concelho neste sentido, estando neste momento a ser feito pelo Pelouro de Ação Social, o levantamento, em colaboração com a GNR, dos idosos que vivem sozinhos havendo a ideia de implementar um projeto para obviar essas situações à semelhança do que acontece noutros concelhos. -----

-----A **António José Teixeira**, disse, quanto à Universidade Aberta que neste momento está a ser feita a seleção do coordenador local por essa instituição.-----

-----A **Luís Monteiro**, disse acerca do skate park, congratulando-se com o facto de estarem neste momento jovens a assistir a esta sessão, que a obra que este havia proposto já está em projeto estando todos os estudos técnicos já realizados e constituindo a segunda fase do parque verde da vila. Passou depois a exhibir o projeto dizendo que o mesmo é constituído por um campo de mini golf e skate park, existindo ainda quatro lugares para autocaravanas e dizendo que neste momento o projeto está em fase de consulta às entidades para pôr a concurso, esperando que ainda este ano esta obra esteja concluída. Disse depois que a proposta apresentada é de louvar, sendo no entanto extemporânea tendo em conta os procedimentos já existentes.-----

-----Continuou depois, dirigindo-se aos jovens presentes na sala pedindo-lhes que sensibilizassem os seus colegas para não destruírem os equipamentos do município, considerando essa sensibilização um grande serviço à comunidade.-----

-----A **Joaquim Santiago Virgílio** respondeu acerca da estrada da Boieira, dizendo que a mesma já foi reparada e que continua a abater, sendo a ideia de limitar as cargas uma solução a considerar. Quanto à sinalização danificada, disse que todos os sinais foram partidos numa noite.-----

-----No que respeita aos terrenos da zona industrial, disse que alguns lotes estavam vendidos, mas que a verdade é que há dois ou três indivíduos que se tinham comprometido que a aquisição se destinava a construir, mas que face à atual conjuntura estão parados.-----

-----Quanto ao Salão Paroquial, disse que o projeto está feito e a obra está aprovada pela Câmara Municipal de Porto de Mós em termos de arquitetura, tendo esta obra sido candidatada ao PRODER.-----

-----A **António Pires** respondeu acerca da Zona Especial de S. Jorge dizendo que teve reuniões com a Senhora Diretora Regional do Centro e com a Comissão de Moradores, tendo a situação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma pequena evolução e que depois se poderá falar sobre isso para não se estar aqui a gastar muito tempo.-----

-----Quando à estrada Tojal/Ribeira de Baixo, referiu que aquilo que disse, foi que o senhor Vasco Fino havia ficado de falar com o proprietário no sentido dele rever a posição referente à construção do muro, porque este combinou em tempos consigo próprio e com o senhor Vasco Fino que da parte dele não havia problema nenhum desde que lhe replantassem as oliveiras. Mais tarde, disse, o proprietário veio pedir o muro de suporte de terras. Continuou dizendo que a construção de um muro com aquelas características custa muitos milhares de euros, não tendo a Câmara disponibilidade para gastar ali muitos milhares de euros apenas para recuar naquele espaço, quando existe acima e abaixo um estreitamento da estrada. -----

-----Continuou depois, referindo-se à problemática da reorganização administrativa do território, dizendo que as novidades que existem é que anteriormente os municípios que tivessem três freguesias não perdiam nenhuma, e agora houve uma alteração no sentido de que não perdem freguesias os municípios que tenham quatro. Disse depois que foi ainda introduzida 20% nas margem de flexibilidade se for a Assembleia Municipal a propor. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou depois a ler a proposta apresentada por Luís Monteiro, que a seguir se transcreve:-----

-----"Propõe-se que esta Assembleia Municipal delibere no sentido de sugerir à Câmara Municipal de Porto de Mós, a construção de um equipamento de skate park no Parque da Vila, em complementaridade com os elementos que estão previstos para esse espaço".-----

-----O senhor Presidente da Assembleia perguntou ao plenário se alguém se opunha a esta recomendação. Não havendo qualquer oposição ou abstenção, a Assembleia Municipal de Porto de Mós, deliberou por unanimidade, recomendar à Câmara Municipal que dê andamento do processo que já está em curso.-----

-----O senhor Presidente da Câmara pedindo a palavra disse que queria que ficasse a constar em ata que a Câmara Municipal não só aceita a recomendação da Assembleia, como o mesmo processo já se encontra numa fase muito adiantada em termos de procedimento.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu-se depois à comunicação que foi feita pela senhora Vereadora da Educação, referindo que, e porque não haverá tempo de agendar estes assuntos para a próxima sessão desta Assembleia, esta deverá convocar para uma reunião os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

líderes de bancada dos partidos aqui representados e ele próprio, na altura que considerar adequada, a fim de verificarem o que é que a Câmara vai deliberar ficando assim em condições de entender e de apoiar a deliberação da Câmara nesse aspeto.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD)** pediu para interromper a fim de colocar uma questão técnica, dizendo que para a Assembleia deliberar sobre o que quer que se seja tem que estar agendado na ordem de trabalhos.-----

-----O senhor Presidente das Assembleia contrapôs dizendo que a Assembleia é soberana, passando a perguntar aos membros desta Assembleia se, por unanimidade, estão de acordo com a deliberação que entretanto a Câmara já tomou e se quando se tiver que fazer o parecer final da Câmara os líderes de bancada dos partidos aqui representados e ele próprio, com a senhora Vereadora da Educação se reúnam para deliberar sobre isso-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso/PSD):**-----
-----Usou também da palavra para perguntar qual a ideia da Câmara sobre a agregação dos agrupamentos perguntando o que é que o executivo já fez quanto a este assunto.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que teve conhecimento deste assunto à entrada da Assembleia, não estando o mesmo agendado e achando não haver condições para a discussão do mesmo. A senhora vereadora disse o que a Câmara já fez nesse sentido pedindo que, quando for altura disso e porque não haverá uma sessão da Assembleia Municipal entretanto, os líderes dos partidos e o Presidente da Assembleia se juntem a ela no sentido de haver uma atitude conjunta e solidária por parte dos dois órgãos do Município. Continuou perguntando ao plenário se alguém vota contra esta sua orientação ou se alguém se abstém. Não havendo votos contra nem abstenções, por unanimidade, a Assembleia Municipal de Porto de Mós, solidariza-se com a posição entretanto tomada e no *timing* certo a Câmara não enviará nada oficial e definitivo sem antes ter uma reunião com os líderes dos partidos aqui representados e consigo próprio, Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----**Telmo Conceição:**-----
-----Depois de cumprimentar os presentes disse ter pedido a palavra para expressar a sua solidariedade para com o senhor Presidente da Assembleia Municipal pela preocupação demonstrada na última sessão e continuada na presente no que diz respeito à proposta a elaborar e aprovada por este órgão, sobre o novo mapa administrativo do nosso concelho. Como é do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento geral, esta assembleia, até julho próximo aprovará uma proposta com o novo mapa administrativo local, onde irão constar as freguesias que os deputados julguem as necessárias para o desenvolvimento do poder local assim como o número que permita a harmonia e desenvolvimento local para o bem-estar de todos os munícipes. Continuou dizendo da necessidade de aproveitar esta oportunidade e de que todos devem participar na elaboração desta proposta. Falou ainda da necessidade de que os Presidentes de Junta façam um estudo que tenha por base os critérios que foram aprovados superiormente. Disse ainda que, compulsivamente não é a forma desejada de nos adaptarmos ao novo mapa administrativo do concelho pois isso seria passar um atestado de incompetência a esta Assembleia Municipal. -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respetiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2011;**-----

-----Usou da palavra o senhor Vice-Presidente que passou a dizer que foi distribuída informação escrita detalhada, comparada, desenvolvida, aos membros da Assembleia pelo que será sucinto na explanação deste assunto. -----

-----Referiu-se depois ao rigor orçamental que se tem tentado fazer cumprir reduzindo as suas alterações ao estritamente necessário. Referiu-se ainda à execução orçamental, dizendo que também aí se verifica uma certa estabilidade revelando uma evolução positiva. Disse que tem sido consistente o crescendo da taxa de execução orçamental de ano para ano fixando-se agora no que toca à receita em cerca de 75% e no que toca à despesa em cerca de 74%.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que não sendo uma área em que seja especialista, se verifica que esta Câmara Municipal, não só agora, mas desde o seu primeiro mandato os tem habituado a este tipo de documento que em seu entender são verdadeiras pérolas documentais em termos de dados para que se faça uma reflexão profunda sobre a saúde das finanças do concelho, agradecendo ao senhor Vice-Presidente pelo esforço técnico que demonstra em cada ano que passa. Disse depois que lhe parece ser um documento equilibrado, transparente e neste contexto de crise que se atravessa, nota-se o esforço para baixar os rácios de despesa. Trata-se de um documento que não engana e que depende da leitura política que lhe queiram dar. Terminou agradecendo o trabalho desenvolvido. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que não iria referir-se ao documento do ponto de vista técnico,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

336

dado que considerava que estava claro e bem elaborado. Não obstante, disse que tem algumas dúvidas, não estando bem esclarecido quanto aos quadros que se referem à água, saneamento e resíduos. Continuou dizendo que se o défice nos resíduos lhe parece plausível, tem alguma dificuldade em entender um milhão e setecentos mil euros de despesa em relação à água para um défice de seiscentos e vinte e três e no saneamento um milhão cento e quarenta e três, tendo depois no imobilizado, no balanço da Câmara, no ativo, quarenta milhões em dois mil e nove, quarenta e dois milhões em dois mil e dez e em dois mil e onze quarenta e sete milhões, em suma pergunta, quando se gasta por exemplo, um milhão de euros no saneamento de Mira de Aire esse dinheiro vai para a despesa desse ano ou é ramificado pelos vários anos. Disse depois que quanto a este documento, o que mais o preocupa não são as contas em si, mas como é que se gastou o dinheiro e porque é que se gastou dessa maneira. Disse querer lembrar a esta Assembleia que se está a referir não a despesas e receitas correntes, mas ao dinheiro que a Câmara recebe, dizendo ter este ano a Câmara recebido sete milhões trezentos e trinta e três, em dois mil e dez seis milhões trezentos e sessenta e em dois mil e nove seis milhões duzentos e quarenta e um, o que significa que estão aqui vinte milhões de euros em três anos, dizendo ainda que lembra esta Assembleia que desde dois mil e seis se está aqui a falar de quarenta milhões de euros de capital em que, e porque era previsível há dez anos atrás, se deveria ter pensado o que é que se podia fazer pelo concelho com quarenta milhões de euros, dizendo ser aí que reside o cerne da questão. Exemplificando, disse que não conseguia entender como é que a educação não era pensada com mais tempo em relação às infraestruturas para não se andar sempre a reboque daquilo que vai acontecendo. Quanto à economia e concretamente quanto à zona industrial de Porto de Mós, disse que a mesma foi iniciada numa altura em que havia empresas em crescimento e a Câmara tinha capacidade de endividamento pelo que se podia e deveria ter feito mais, sendo certo que quando estiver concluída não será fácil arranjar empresas para aquele espaço. Referiu-se ainda ao turismo e ao desporto dizendo que são áreas que exigem que se faça muito mais. Terminou concluindo que nos próximos anos os recursos vão ser muito mais limitados e que se vai olhar para trás e perguntar onde é que os quarenta milhões foram gastos, pelo que urge mudar o paradigma para que se melhore o concelho.

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que concordava com Carlos Venda no que toca à educação dizendo ainda que para si é conflagrador quando se encara a educação como despesa e défice, devendo esta ser considerada como um investimento a longo prazo. Disse querer lembrar que em mil novecentos e noventa e um, Porto de Mós, Nazaré e Pombal tinha taxas de insucesso escolar absolutamente preocupantes, tinha uma taxa de analfabetismo feminino aterrador, e portanto de 1991 até agora muito investimento foi feito nas escolas. Esta assembleia também está em condições de pedir resultados e apesar de todo este investimento (e não despesa ou défice) que tem de ser a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

337

longo prazo e devidamente planificado, que é para não acontecer outra vez o que acabou de acontecer há uns minutos atrás, em que de repente e à pressa tem de se reunir um grupo de pessoas para se tratar de um problema de educação. Disse esperar que isso não voltasse a acontecer nesta assembleia, que as coisas sejam pensadas a tempo, que haja planificação, que os conselhos de educação reúnam e que consigam trazer a esta assembleia dados concretos. -----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que iria referir-se a alguns dados que já foram aqui passados, e passou a fazer menção concretamente ao facto de ter já lido que em dois mil e onze foram atribuídos à Associação Desportiva Portomosense quatrocentos e noventa e dois mil euros, verificando que é o quarto maior fornecedor do município e em dois mil e dez foi o terceiro maior, com uma taxa de crescimento de 12%, 12.5%, passando a perguntar se essa tendência é para crescer, por se tratarem de valores que começam a ter um peso significativo, havendo concerteza justificações para isso.-----

-----Passou depois a referir-se ao balanço, passando a a dizer que este consiste em tudo o que aconteceu na vida do município até hoje, valorizado em dinheiro, concluindo, face aos dados apresentados e disponíveis, que o município para pagar tudo o que deve, necessitaria de despende cerca de um oitavo do valor que tem.-----

-----Continuou dizendo que em termos de documentação ela é mais que suficiente, estando bem elaborada e merecendo assim a sua concordância.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por pedir ao Presidente da Mesa da Assembleia, autorização para distribuir uns documentos pelos membros da mesma bem como à comunicação social.-----

-----Começou depois dizendo que iria começar a sua intervenção, fazendo menção ao artigo d'O Portomosense do dia 15 de março de 2012, onde o senhor Vice-Presidente faz a análise das contas da Câmara. Contrariamente àquilo que o senhor Vice-Presidente disse noutros tempos e que ainda hoje voltou a dizer quando se referiu às alterações orçamentais que eram às dezenas no passado, nunca disse nem hoje o diz, que as contas da Câmara estavam mal. Não estavam, não estão e podemo-nos orgulhar da situação financeira deste município. Continuando, disse que o senhor Vice-Presidente, em determinada altura disse que, em face da situação que tem o município de Porto de Mós, não compreende nem se justificam as críticas dos deputados municipais. Diz-se a determinada altura *"Albino Januário diz respeitar as ideias e posições diferentes mas acusa a oposição de muitas vezes usar argumentos sem o menor sentido e falar do que não conhece nem*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

domina, correndo um grande risco de dizer disparates” como se os deputados estivessem aqui nesta Assembleia a dizer disparates. Continuou dizendo que são palavras do senhor Vice-Presidente e que diz ele que respeita a posição dos senhores deputados.-----

-----Dirigindo-se ao senhor Vice Presidente, começou por lhe dizer, usando um ditado popular, *“presunção e água benta, cada um toma a que quer”*, acrescentando, desde que não prejudique nem rebaixe terceiros, que foi o que o senhor fez neste jornal. Continuou dizendo ao senhor Vice Presidente, que, estes deputados que veem para aqui dizer disparates, permita-lhes que lhe chamem a atenção que na página 29 do seu relatório os dois primeiros rácios, e foi com base em rácios que distribuiu os documentos no início da sua intervenção, estão os dois errados.-----

-----Olhando para os mapas que pediu para distribuir por todos, disse que aí estão as contas, os elementos contabilísticos resumidos desde dois mil e quatro a dois mil e onze. Disse depois que já tinha pensado que não voltaria a falar nisto nesta assembleia e só estas declarações do senhor Vice-Presidente o fazem voltar a isto outra vez: se se reparar o ciclo pagamentos/recebimentos, quer seja com este executivo ou com os anteriores, funcionam sempre em função de atos eleitorais. Fez depois menção às críticas que o senhor vice-Presidente à época fez aos números da Câmara de Porto de Mós no ano de dois mil e cinco, fazendo a comparação do rácio de endividamento entre esse ano (18.07%), sendo que no ano de eleições de dois mil e nove esse rácio era de 19.14%, e dizendo que gostaria de saber o que é que o senhor vice-Presidente diria se não tivesse sido ele a substituir-se a si próprio, e portanto pior que o de dois mil e cinco. De todos os rácios que aqui estão só um é melhor que o de dois mil e cinco, que é o rácio do rendimento do ativo, que em dois mil e cinco era de 0,08% - tem a ver com os resultados e em dois mil e nove é de 4,42%, mas como disse pensar que isto não se trata de uma empresa para dar lucro, mas para gerir os recursos que tem, isso não é assim tão significativo. Continuou dizendo que se se analisarem os mesmos rácios nos anos a seguir às eleições e nos anos das mesmas, vemos que a linha do gráfico é precisamente a mesma. Não quer com isso dizer que a Câmara está mal gerida mas a sua interpretação, face a estes rácios é que o senhor vice-Presidente não veio alterar em nada aquilo que era a governação da Câmara no passado e o que há de ser no futuro. Disse ainda que depois do que o senhor vice-Presidente disse acerca dos deputados desta assembleia deve um pedido de desculpas à bancada do PSD.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra dizendo querer responder a António Pires, dizendo que este se esquece que o executivo em dois mil e seis herdou uma dívida oculta de cerca de um milhão e duzentos mil euros, que não estavam refletidas nas contas de no ano de dois mil e cinco. Continuou dizendo ainda, que não foi por acaso que tiveram que recorrer a um empréstimo de seiscentos mil euros para pagar uma parte dessa dívida, porque o restante foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

339

pago com dinheiros próprios do município, tendo sido depois objeto de negociação com as empresas o pagamento faseado em dois mil e oito e dois mil e nove. Continuou dizendo que Antonio Pires é que está enganado e que se tirar os valores referidos do ano de dois mil e nove e os refletir em dois mil e cinco, que era onde deveriam estar, todos os rácios que mencionam se alteram. Continuou dizendo que isto que aqui está não é verdade, porque falta incluir no ano de dois mil e cinco dívidas no valor de um milhão e duzentos mil euros. Terminou dizendo, dirigindo-se ao deputado municipal que trazer este assunto hoje aqui é absolutamente fora de contexto, não querendo assumir a realidade das contas hoje aqui apresentadas pelo senhor Vice-Presidente.-----

-----Posto isto o senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor vice-Presidente que passou a responder aos anteriores intervenientes, tendo este começado por dizer que este documento é o resultado do esforço de muita gente que participou na sua elaboração. -----

-----A Carlos Venda disse sobre as dúvidas que este manifestou acerca do quadro que está inscrito na página 17 do relatório, e que são exatamente as grandes três áreas que consomem imenso dinheiro e imensas dores de cabeça principalmente na área das águas, dizendo que o défice que lá está expresso é aquele que os registos contabilísticos dizem. Estes três setores – águas, resíduos e saneamento – resultam neste défice anual para a Câmara. Disse depois que já defendeu tanto em reunião de Câmara como nesta Assembleia quando as taxas de saneamento foram aprovadas, que, do seu ponto de vista, elas deveriam ser muito agravadas nos escalões altos, porque não consegue entender que o município tenha um défice anual deste valor, estando com isso a retirar recursos financeiros que se calhar eram mais úteis à população desde que aplicados noutras áreas. Continuou dizendo que é défice porque há pessoas que esbanjam um recurso escasso e absolutamente imprescindível à vida, sem qualquer tipo de regras, apenas porque ele é barato. Essas sim, seriam medidas de gestão, e depois vê pessoas que sem qualquer formação na área se abanca a fazer juízos a este nível, que só podem resultar em asneiras.-----

-----Fez ainda menção ao comentário de Carlos Venda acerca da zona industrial de Porto de Mós, dizendo que esta esteve durante vinte anos a ser alvo de pequenos investimentos nunca tendo passado da primeira fase, tendo este executivo, em cinco anos, feito a segunda e terceira fases.-----

-----A Ana Narciso disse que esta falou do ensino o que de algum modo não é o que está em causa, mas que responderia dizendo que tem ideia de que houve escolas feitas neste concelho, como foi o caso da Tremoceira e Casais Garridos que foram fechadas ou vão fechar. Falar de planeamento no ensino é saber muito bem onde é que deve o investimento ser feito e como.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A António Carvalho disse que este fez uma apreciação técnica ao documento que está em discussão, sendo positiva no seu entender. Levantou aqui dúvidas acerca da verba paga à ADP, que aparece no grupo dos fornecedores, tendo-lhe sido adjudicado o serviço de transportes, refeições escolares e AEC's.-----

340

-----Passou depois a dizer quanto à intervenção de António Pires, que não se iria alongar muito em considerações, dizendo que não iria pedir desculpas porque não ofendeu ninguém, apenas emitiu uma opinião tendo-o já feito aqui, há poucos minutos. Continuou dizendo que quando o ouvirem a falar de coisas em áreas que desconhece em absoluto, e que diga asneiras tão grossas quanto aquelas que ouviu, agradece que lhe digam que está a dizer um disparate. Continuou dizendo que António Pires também não andou longe disso quando disse que este executivo nada mudou de dois mil e cinco para dois mil e nove, em termos de contas. Passou a dizer que em dois mil e cinco o que encontrou quando chegou à Câmara foram ameaças por parte das entidades fornecedoras de gás, luz e outros. Rutura financeira foi o que encontrou. Continuou dizendo que felizmente isso nunca mais aconteceu, e também por causa desta assembleia que aprovou a reestruturação financeira a que ele apelou o que deu origem à situação consolidada e sustentável que o município hoje vive, e que suporta o futuro e que não era o que encontrou em dois mil e cinco. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso -PSD):** -----

-----Perguntou ao senhor Vice-Presidente se quando este estava a falar de gestão e que ninguém percebia nada de gestão, se se estava a referir concretamente a ele, a todos ou no geral. Continuou pedindo um esclarecimento rápido, uma vez que não ficou esclarecido: se se gastarem oitocentos mil euros no saneamento de Mira de Aire, isso é contabilizado nesse ano, mas esse valor para efeitos de custos a nível de *imput* no tempo como é que é considerado. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):** pediu também a palavra para dizendo que aquilo que o senhor Presidente acabou por dizer dá a ideia de que ainda hoje, aquilo que estava nas gavetas não está refletido nestes rácios, e estes não são falsos, são baseados nos números fornecidos pelos relatórios dos vários anos. -----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor vice-Presidente da Câmara dizendo que se sente obrigado a pedir desculpa a Carlos Venda por não ter respondido, uma vez que a pergunta já havia sido formulada mas que por lapso não o fez. Passou a responder dizendo que há as imobilizações em curso, ou seja a obra vai-se desenvolvendo e sendo uma obra plurianual, que é o caso do saneamento de Mira de Aire, ou seja, a obra sai de mais do que um exercício económico, e enquanto a obra está em curso, não se fazem amortizações, aguardando-se para quando a obra

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esteja concluída e já refletida no património, no inventário dos bens sendo nessa altura que se fazem as amortizações respetivas, que são em função de um numero de vida útil e são refletidas parceladamente nos custos todos os anos.-----

-----A **António Pires** o senhor Vice- Presidente disse que já tinha respondido. O senhor Presidente da Câmara usou da palavra também para dizer a este deputado municipal que sendo ele um técnico de contas devia saber que o empréstimo de seiscentos mil euros ainda está aqui refletido nas contas de dois mil e onze e vai estar por muitos anos.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos - **Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respetiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2011** – posta a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com nove abstenções**.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS)**: apresentou a seguinte declaração de voto que a seguir se transcreve:-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----*Apesar de, sem qualquer dificuldade, reconhecer os bons resultados do relatório de contas e de reconhecer a obra feita durante o ano de 2011 é com muita pena que, tendo em conta, que só tenho assento nesta assembleia por ser Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra e que aquando da apresentação do Orçamento de 2011 me abstive por considerar que esta freguesia não estava devidamente tratada em termos de investimento. E ainda, que agora verifico que esse investimento foi, na realidade, quase reduzido a zero, principalmente em tudo o que fosse estruturante para a Freguesia, sou forçado a abster-me.*-----

-----*Alqueidão da Serra, 20 de abril de 2012. (assinatura)*-----

----- **2. Estatuto da Oposição – Lei n.º 24/98, de 26 de maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância (Artigo 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio)**;-----

-----Foi presente para conhecimento da Assembleia Municipal a presente informação da Câmara Municipal, que o senhor Presidente da Assembleia leu e que a seguir se transcreve:-----

-----INFORMAÇÃO-----

ASSUNTO: ESTATUTO DA OPOSIÇÃO – LEI N.º 24/98 DE 26 DE MAIO - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO ANO DE 2011 (ARTIGO 10.º DA LEI 24/98 DE 26 DE MAIO).-----

-----O Estatuto do Direito da Oposição foi aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o qual assegura às minorias, nomeadamente, o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das Autarquias Locais, através do acompanhamento, fiscalização e crítica

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das orientações políticas prosseguidas pelos mesmos, assim desenvolvendo o preceito constitucional consagrado no n.º 2 do artigo 114.º da Constituição da República Portuguesa.-----

-----Atento o disposto no referido Estatuto, assistem aos titulares do direito de oposição, no âmbito das Autarquias Locais, o direito à informação, o direito de consulta prévia, o direito de participação, o direito de depor e o direito de pronúncia sobre o relatório do grau de observância do respeito por este diploma legal.-----

-----São titulares do direito de oposição, além de outros mencionados no artigo 3.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. A titularidade deste direito é, ainda, reconhecida aos grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.-----

-----Atualmente, o órgão executivo do Município de Porto de Mós é constituído, para além do Presidente, por seis Vereadores e o órgão deliberativo por trinta e quatro membros, sendo vinte e um eleitos diretamente e treze correspondentes aos Presidentes de Junta de Freguesia, que a integram obrigatoriamente, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 57.º e no artigo 42.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----Considerando que o Partido Socialista (PS) é o único Partido Político representado na Câmara Municipal, a cujos membros foram distribuídas funções e delegados poderes ao abrigo do artigo 69.º da Lei referida no parágrafo anterior, no Município de Porto de Mós são titulares do direito de oposição, de acordo com o artigo 3.º do Estatuto do Direito de Oposição:-----

-----1. O Partido Social Democrata (PSD), representado na Câmara Municipal com dois Vereadores e na Assembleia Municipal com 15 eleitos:-----

-----2. A Coligação Democrática Unitária (CDU), representada na Assembleia Municipal com 1 eleito; e -----

-----3. A lista "Independente por São Bento", representada na Assembleia Municipal com 1 eleito, o Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----Nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterado e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, o órgão executivo das autarquias locais deve elaborar, até ao fim do mês de março do ano subsequente àquele a que se refira, o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da supramencionada Lei n.º 24/98, de 26 de maio.-----

-----Considerando que compete ao Presidente da Câmara Municipal promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, nos termos e para efeitos da alínea x) do n.º 1 do artigo 68.º da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação vigente, descreve-se, infra e de modo genérico, a forma de efetivação dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição:-----

-----**A – DIREITO À INFORMAÇÃO:**-----

-----Durante o ano de 2011, e dando cumprimento ao disposto no artigo 4.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, os titulares do direito de oposição do Município de Porto de Mós foram sendo regular e diretamente informados pelo órgão executivo e pelo Presidente da Câmara, tanto de forma expressa como verbal, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público municipal relacionados com a atividade desenvolvida.-----

-----Para além de outros assuntos, foram comunicadas, em prazo razoável, informações no âmbito das alíneas s), u), v), x), bb) e cc) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual e no artigo 4.º do Estatuto do Direito de Oposição.-----

-----**B – DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA:**-----

-----Durante o período compreendido pelo presente relatório, verificou-se o cumprimento, pelo Executivo Camarário, do prescrito no n.º 3 do artigo 5.º do Estatuto do Direito de Oposição, considerando que aos partidos políticos representados na Assembleia Municipal foi facultado o direito de serem ouvidos sobre as propostas dos Planos Plurianual de Investimentos e de Atividades Municipais e do Orçamento Municipal, os quais foram aprovados nos prazos legais, no âmbito das respetivas competências daquele órgão deliberativo.-----

-----Para este efeito, a mencionada documentação foi enviada registada com aviso de receção aos diversos partidos, a 7 de dezembro de 2011, realizando-se a sessão da Assembleia Municipal que a aprovou em 16 de dezembro do mesmo ano, consubstanciando-se assim o prazo razoável a que alude o n.º 2 do artigo 4.º do Estatuto do Direito de Oposição, por via da remissão efetuada pelo n.º 4 do artigo 5.º do mesmo diploma legal.-----

-----**C – DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:**-----

-----Nos termos do artigo 6.º do Estatuto do Direito de Oposição, o Executivo Camarário, o Presidente da Câmara e os Vereadores providenciaram por, atempadamente, remeter aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal as informações e os correspondentes convites para participação nos atos e eventos oficiais relevantes para o engrandecimento e desenvolvimento do Concelho de Porto de Mós, não só aqueles que foram promovidos pela Câmara ou em que esta foi interveniente, mas também aqueles que, pela sua natureza, tal se justificou.-----

-----O direito de participação dos titulares do direito de oposição foi também garantido através da possibilidade de pronúncia ou intervenção, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo estes efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.-----

-----**D – DIREITO DE DEPOR:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os partidos da oposição têm o direito de, através de representantes por si livremente designados, depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de relatórios, inquéritos, inspeções ou sindicâncias, atento o estatuído no artigo 8.º do Estatuto do Direito de Oposição. Durante o ano de 2011, não se tendo verificado nenhuma das situações referidas, os titulares do direito de oposição não exerceram o direito de depor.-----

E – DIREITO DE PRONÚNCIA SOBRE O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO:-----

-----Nos termos do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, os titulares do direito de oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido Estatuto, documento este elaborado pelo órgão executivo. A pedido de qualquer destes titulares, pode o respetivo relatório e resposta ser objeto de discussão pública, na correspondente assembleia.-----

CONCLUSÃO:-----

-----Atendendo às linhas gerais de atuação da Câmara Municipal, atrás expostas, considera-se assim cumprido o Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2011, em todas as suas vertentes, sendo relevante o papel do Órgão Executivo como garante dos direitos dos eleitos locais e dos titulares do direito de oposição, conforme, aliás, resulta da avaliação constante do presente relatório.-----

-----Face ao exposto e para efeitos do exercício do direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação, por parte dos titulares do direito de oposição e em cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição e da alínea x) do n.º 1 do artigo 68.º da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, determino que o presente relatório seja enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós e aos titulares do direito de oposição: representante do PSD no Executivo Municipal; representantes da CDU e Cidadão Independente “Por São Bento”, na Assembleia Municipal.-----

Mais determino a publicação deste relatório na página da Internet da Câmara Municipal – www.municipio-portodemos.pt.-----

-----Porto de Mós, 26 de março de 2012. (O Presidente da Câmara Municipal, assinatura).-----

-----Não havendo intervenções, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

3. Modificações Orçamentais: 3ª Alteração às Grandes Opções do Plano do Ano de 2012:-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar a razão de ser deste ponto da ordem de trabalhos, começando por referir que foram adjudicadas as obras de abastecimento de água ao Alqueidão da Serra a partir do sistema da EPAL, mas contrariamente àquilo que se julgava ser possível, ou seja que a obra decorreria toda ela durante o ano civil de 2012, tal não será possível pelo que irá haver alguns efeitos financeiros para 2013. Assim por se tratar de um investimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

plurianual, carece de aprovação por esta Assembleia conforme legislação recente que assim o obriga.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**

Referiu que o que queria perguntar era isso mesmo – Modificações às Grandes Opções do Plano de 2012 – e que acha que é neste tipo de coisas que se perde tempo, pois no orçamento que foi aqui aprovado havia trezentos e sessenta e cinco mil euros para dois mil e doze e vinte e cinco mil para dois mil e treze afetos a esta obra. Nestas opções que estão aqui, continua-se com os trezentos e sessenta e cinco mil euros para 2012 e noventa mil para 2013, tendo-se perdido um mês, tempo em que a obra deveria estar a decorrer, estando a empresa parada. -----

-----Não havendo mais inscrições para este ponto da ordem de trabalhos – **Modificações Orçamentais: 3ª Alteração às Grandes Opções do Plano do Ano de 2012** – foi o mesmo posto a votação tendo sido aprovado com 24 (vinte e quatro) votos a favor e 7 (sete) abstenções.-----

----- **4. Concessão de Exploração do Bar/Restaurante das Piscinas Municipais e do Bar de Apoio às Piscinas Exteriores;**-----

-----O senhor Vice-Presidente usando da palavra passou a explicar a razão de ser deste ponto da ordem de trabalhos, dizendo que tendo cessado o contrato de concessão com o anterior concessionário, urge agora abrir novo concurso de concessão para rentabilizar o espaço. Referiu depois que em termos de renda foi pensada uma renda progressiva nos primeiros três anos, ficando a explorador a pagar inicialmente seiscentos euros e terminando no terceiro ano em setecentos e cinquenta euros. No quarto ano e seguintes, oscilará em função dos preços de mercado. -----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD)**, disse que não tem nada contra este arrendamento, mas se se tratasse de uma esplanada a renda seria superior, pois se tratam de 600 m2.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Perguntou se a Câmara tem algum feedback informal de interessados para este equipamento.-----

-----Respondendo a Virgílio Casimiro, o senhor Vice-Presidente disse que se tratam de 300 m2 de área coberta, embora o espaço destinado a esplanada também se inclua na concessão. Continuou dizendo que o preço de seiscentos euros iniciais, apesar das condições atuais, é baixo, mas foi entendido que o negócio que lá estava deixou de ter mercado e sem mercado as empresas não sobrevivem, pelo que é necessário que quem ali se instale, promova e divulgue o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

346

espaço de forma a ganhar mercado. Daí que a opção foi baixar a renda. No que se refere à comparação feita com as esplanadas disse que esse conceito se aplica normalmente a espaços mais pequenos. Quanto à pergunta de Carlos Venda, disse que já recebeu no seu gabinete três pretendentes que queriam saber pormenores, mapas, dimensões. Continuou dizendo que o que se pretende é arranjar alguém que seja da área e que faça daquilo um projeto de vida, tanto assim é que esta proposta tem como componentes da sua avaliação a experiência técnica do setor, que são fatores que vão pesar na avaliação da proposta. Disse ainda esperar que o Bar/Restaurante esteja em condições de funcionar no princípio de junho, no início da época alta de verão que servirá de rampa de lançamento para o negócio.

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos – **Concessão de Exploração do Bar/Restaurante das Piscinas Municipais e do Bar de Apoio às Piscinas Exteriores** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**5. PROC.N.º 182/2008- REQUERENTE – S.A.GASPAR, Lda., requer na qualidade de explorador da pedreira denominada “Pia do Além”, sita no lugar de Espinheiro, Freguesia de São Bento, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respetiva pedreira:**

-----O senhor Presidente da Assembleia passou a ler a deliberação que foi tomada em, reunião de Câmara de 16 de fevereiro do corrente ano e que a seguir se transcreve:

-----“Face ao parecer técnico e da informação prestada ao processo, a Câmara Municipal deliberou, não poder concluir da existência de relevante interesse municipal do projeto, deliberando submetê-lo à Assembleia Municipal.”

-----O senhor Presidente da Assembleia continuou dizendo que no parecer da Câmara um dos pontos que a mesma alega, é que se trata de uma empresa com sede fora do concelho de Porto de Mós.

-----O senhor Vice-Presidente passou a explicar os motivos que levaram a Câmara a chegar a esta conclusão dizendo que dos elementos que foram solicitados à empresa, esta apenas apresentou um relatório que não responde minimamente àquilo que é corrente para que se possa formular um juízo acerca da relevância do interesse público municipal desta empresa. Continuou dizendo que para além disso a sociedade não tem sede no concelho, não consegue sustentar que vai criar postos de trabalho e as demonstrações financeiras revelam uma fragilidade enorme em termos de resultados e de investimentos.

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que já foram aqui aprovadas várias propostas semelhantes a esta, nomeadamente na sua freguesia. Passou depois a dizer que estas situações surgem pois essa declaração de interesse público é necessária para se poder licenciar uma pedreira. Disse que ao não se aprovar este pedido esta pedreira não se pode licenciar, não podendo inclusivamente haver ninguém que possa adquirir esta exploração. Quanto aos números apresentados disse que são de facto fracos, mas não quer dizer que não fique melhor se for licenciada. Disse depois que na Cabeça Veada está a haver um movimento para que se possam abrir pedreiras novas perguntando qual será a atitude da Câmara perante essas situações. Terminou dizendo que o seu voto foi sempre sim e hoje será aquele pelo qual o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento optar. -----

-----**Rui Fernando Correia Marfo (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra- PS):**-----

-----Relativamente a este ponto, disse que a argumentação da empresa não ser do concelho tem muito que se lhe diga, porque se estivesse aqui explícita a criação de postos de trabalho, votaria a favor. Mas existem aqui coisas muito mais graves, tendo sido por isso que começou a levantar a questão. Isto só é necessário porque o PDM não prevê, e existe Reserva Ecológica naquele local, havendo que acelerar os processos de revisão do PDM, pois o que se continua a ver é o arrastamento desses processos com todos os prejuízos inerentes, seja em pedreiras ou em construção. Quanto a este caso concreto, disse que continua com a sua posição – uma pedreira não é de interesse público. -----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Disse que este assunto começa a ser recorrente e se calhar vão começar a aparecer mais e que acha que se houvesse um grupo de técnicos habilitados, que estabelecesse uma serie de critérios que pudessem ser adotados uniformemente para todas as situações que aqui fossem apresentadas, pelo menos enquanto não houvesse a revisão dos PDM's esta Assembleia teria mais condições para poder avaliar as situações.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Disse que esta também é uma matéria que para si é duvidosa, mas que se trata de uma pedreira e que, por pouco desenvolvimento que venha trazer para este concelho, algum ela traz, pois não se pode apenas contabilizar os postos de trabalho. Assim sendo, acha que se deve fazer o que já se fez nesta Assembleia, em que já foram aprovados pedidos de empresas que também não estavam sedeadas neste concelho. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----
-----Disse que queria apenas complementar o que disse Rui Marto, achando que o que é urgente aqui, é ultrapassar a questão do PDM, pois todos têm dúvidas. Disse depois que de facto já foram aqui votados favoravelmente pedidos similares e que se este for rejeitado ficará com problemas de consciência. Pessoalmente, disse, não está à vontade para votar a favor, pelo que irá manter a sua abstenção. -----

-----**António José de Meneses Teixeira (PS):**-----
-----Disse que até que enfim que a Câmara Municipal acata as resoluções desta Casa em relação a alguns pareceres para ajudar estes deputados a resolver este tipo de problemas. Disse que subscreve integralmente o que disse Rui Marto acerca do PDM. Continuou dizendo que o PDM também de contemplar a parte cultural, preservando alguns aspetos, e exemplificando que aqui o próprio topónimo Pia do Além é sugestivo, porque pode ser um conjunto de pias naturais onde era recolhida a água das chuvas, que tem uma tradição enorme e pode ser aquilo que considera na sua tese de doutoramento uma etnogeologia da água no concelho de Porto de Mós, e isto tem de ser contemplado no PDM. Terminou, dizendo que pessoalmente vota contra.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):** disse que prescindia da palavra, reiterando a intervenção de Carlos Venda.-----

-----**Luís Manuel da Silva Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – IPSB):**-----
-----Usando da palavra disse que aquela pedreira está aberta há mais de trinta anos. Disse ainda que votará sim. Quanto a António José Teixeira, disse que de facto existia lá uma pia, e que acha que ainda existe.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **PROC.N.º 182/2008- REQUERENTE – S.A.GASPAR, Lda., requer na qualidade de explorador da pedreira denominada “Pia do Além”, sita no lugar de Espinheiro, Freguesia de São Bento, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respetiva pedreira** – tendo o mesmo sido aprovado com 12 (doze) votos a favor, 11 (onze) abstenções e 7 (sete) votos contra. -----

-----**6. Designação pela Assembleia Municipal de dois cidadãos eleitores para integrarem a CPCJ – Comissão Alargada, nos termos da alínea I, do artigo 17º da Lei nº 147/99 de 1 de setembro;** -

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a proposta que entretanto chegou à mesa apresentada:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Partido Socialista (PS) em conjunto com o Partido Social Democrata (PSD) propõe os dois cidadãos que se seguem para integrar a CPCJ – Comissão Alargada:-----

-----1. Carlos Alberto Rosa Vieira – Alqueidão da Serra;-----

-----2. Sílvia Alexandra Mendes de Almeida – Porto de Mós-----

-----A senhora vereadora do pelouro da Ação Social passou a explicar que se trata de um formalidade que resulta da lei.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usou da palavra para dizer que uma das pessoas propostas é o deputado municipal Carlos Vieira, dizendo que a outra pessoa foi indicada pelo Partido Socialista.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Referindo-se ao outro membro proposto - Sílvia Alexandra Mendes de Almeida – disse que foi previamente convidada tendo aceitado que o seu nome fosse proposto para integrar a Comissão Alargada da CPCJ. Referiu ainda que é terapeuta da fala lidando também com pessoas com alguma dificuldade na CERCILEI.-----

-----Posto a votação por escrutínio secreto a lista apresentada, foi a mesma aprovada com 28 (vinte e oito) votos a favor, 1 (uma) abstenção e 1 (um) voto contra.-----

-----**7. Eleição de um autarca de freguesia para representação no Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal em conformidade com o disposto na alínea e), do nº 2, do artigo 157º do Decreto Lei nº 2/2011 de 6 de janeiro:**-----

-----Tendo os senhores Presidentes de Junta indicado o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima para o efeito, foi este eleito por escrutínio secreto com 28 (vinte e oito) votos a favor, 1 (uma) abstenção e 1 (um) voto contra.-----

-----Antes de entrar no ponto seguinte da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia perguntou ao executivo se havia algum inconveniente em que os três pontos seguintes fossem discutidos conjuntamente. Tendo a Câmara dito que não passou-se à discussão dos três pontos abaixo enunciados. Antes, porem, o senhor Presidente da Assembleia chamou a atenção do lapso existente na data da Lei nº 8/2012, que é de 21 de fevereiro e não de abril conforme está na ordem

de trabalhos.-----

-----**8. Declaração de todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2011, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de abril; 9. Declaração dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2011, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de abril; 10. Declaração de todos os pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2011, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de abril;**-----

-----O senhor Vice-Presidente passou a apresentar os três pontos em discussão, dizendo que resultam da aplicação de uma Lei muito recente que vem trazer enormes constrangimentos a todo o procedimento prévio à realização da despesa. Trata-se de dar conhecimento à Assembleia Municipal dos compromissos da Câmara que estão enumerados nas informações que foram previamente distribuídos.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):** usou da palavra para perguntar se estes documentos estariam sujeitos a votação, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que são apenas para conhecimento da Assembleia Municipal.-----

-----**11. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que iria prescindir de ler o documento que foi enviado a todos os deputados municipais passando apenas a fazer algumas considerações quanto a alguns dos assuntos em questão.-----

-----Referiu-se à questão da revisão dos PDM's dizendo que teve hoje uma reunião na CCDR acerca desse assunto e que dos municípios da região centro apenas dois estão revistos – Águeda e Tondela.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Fez menção à conferência havida no Castelo de Porto de Mós no dia Internacional dos Sítios e Monumentos, reputando-a como muito positiva, lamentando apenas que os professores não tenham aderido como deviam, pois é através deles que isso passa para os alunos.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Referindo-se ao PROT, disse que na zona da serra com a aprovação deste plano a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

construção passa a ser inviável em todo o lado, com exceção das zonas urbanas. Disse depois que isto exige uma maior responsabilidade na questão do PDM, porque isto vai revolucionar as populações pelo facto de não conseguirem construir. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**: referiu-se ao facto de na informação distribuída estar mencionado que a rotunda da Fonte dos Marcos está em fase de adjudicação, chamando no entanto a tenção que a estrada não tem iluminação como tinha a anterior, sendo uma situação que deve ser levada em conta.-----

-----Em relação ao IMI, disse que queria fazer uma sugestão: começou por dizer que segundo lhe parece as taxas do IMI no próximo ano vão passar de 0,2 a 0,4 para 0,3 a 0,5, pelo que, mesmo que Porto de Mós fique no mínimo como tem sido hábito, vai haver um aumento em termos de taxa, pelo que associar esta taxa aos valores pelos quais estão a ser avaliados os imóveis é um agravamento significativo. Assim a sua sugestão vai no sentido de o executivo tentar chamar a atenção superiormente de que o preço por metro quadrado de 603 euros, em que se baseiam as avaliações, está desfasado da realidade.-----

-----Acerca da nova divisão administrativa do país, disse que era importante que a Câmara se pronunciasse sobre isso e que formulasse uma proposta.-----

-----**Hélder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS)**: disse que se sentia particularmente feliz por a Fundação Batalha de Aljubarrota não querer integrar a comissão, pois ao não ter respondido à solicitação que lhe foi feita, tal significa que não quer. Lamentou também a resposta que o IGESPAR deu.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD)**:-----

-----Usando da palavra disse que o seu repto se mantém integralmente, dizendo achar que se devem ter ideias e propor ideias. Disse ainda nunca ter pensado pôr em causa a Câmara nem o senhor Presidente da Câmara, de quem é amigo, e por isso não percebe a razão de ser da sua resposta. Disse ainda aos jornalistas para esquecerem a sua resposta pois ele também já a esqueceu.-----

-----Disse depois que felizmente não foi eleito Presidente da Assembleia, porque é uma tarefa que cai muito bem ao atual Presidente, mas esta Assembleia não deve nada à Câmara e não tem que ser corrigida por ela e não é subserviente da Câmara. Uma recomendação que ele próprio fez aos membros da Assembleia não tem que ser comentada pelo senhor Presidente da Câmara, que não tem que intervir nestas matérias. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia disse que ele

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devia ter intervindo, porque se tratava de um assunto interno desta Assembleia. -----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD)**; disse que tinha ficado com uma duvida e que não gostaria de sair daqui com ela e que é concretamente saber se existe ou não candidatura ao projeto Amigos do Idoso.-----

-----Outra questão que queria trazer à Assembleia, porque foi dito que estão quase construídas as novas acessibilidades, é que não há qualquer sinalização para Porto de Mós, pelo que recomenda que haja alguma indicação do que se passa a este nível da sinalização.-----

-----Entre outras propostas que aqui tem apresentado, referiu a questão dos regulamentos, tendo visto com entusiasmo que é a Comunidade Intermunicipal que está a tentar fazer duas coisas que já aqui pediu e que nunca mereceu acolhimento por parte da Câmara, e que é que haja um regulamento a nível regional para procedimentos que todas as Câmaras têm de ter. Referiu-se ainda à carta de saúde regional, que também já tinha pedido aqui que fosse feita a nível dos equipamentos que havia no concelho e que agora está a ser feita fora daqui.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD)**: Usando da palavra disse que queria apenas dizer que o senhor Presidente da Câmara revela uma visão muito redutora daquilo que é o papel da juventude e dos jovens em sociedade ao aproveitar-se de jovens nesta Assembleia para se lhes passar a mensagem para não partirem e para dizerem aos amigos para não partirem.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD)**: disse que apenas queria pegar nas palavras de António Pires, e que se a Câmara conseguir fazer alguma coisa acerca do IMI, seria bom porque é preferível receber pouco de muitos, e que se o IMI for aumentado excessivamente corre-se o risco de as pessoas não terem como pagar, porque neste momento já há pessoas que não têm como pagar o primeiro empréstimo que contraíram. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que queria também, na qualidade de deputado municipal dizer que a estrada da Fonte dos Marcos para a Carrasqueira, está concluída, mas houve ali um lapso qualquer e que a Câmara tem de tentar corrigir, pois não existe nenhum passeio pedonal.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS)** usou também da palavra para referir que, acerca do IMI, a Câmara terá porventura pouca margem de atuação. Passou a esclarecer que o valor por metro quadrado baixou e que as pessoas que fizeram avaliações à cinco anos ou sete anos para cá, se agora pedirem nova avaliação, porque podem pedi-la a partir do momento em que tiverem a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

avaliação feita há três anos, há reduções na ordem dos 15%, pelo que as pessoas têm que aproveitar essas situações em termos de redução porque ela é real.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que Carlos Venda falou de uma questão importante e que é a das zonas urbanas, estando o executivo atento a elas dizendo ser importante ter zonas urbanas bem definidas. Continuou dizendo que a CCDR Centro tem valores diferentes da CCR de Lisboa e Vale do Tejo, daí Alcobaça ter outros valores, sendo que a CCDR –C estipulou valores entre trinta mil a quarenta mil metros quadrados, tendo nós ficado com trinta e dois mil e quinhentos metros. Com esta condicionante certo é que ninguém mais pode construir fora das zonas urbanas. Disse ainda que a manifestação de repúdio por esta medida pelos autarcas presentes na reunião em Coimbra foi unânime hoje, mas acrescentando que isso não vai valer de nada porque o Governo não vai abdicar disto e vai avançar com o PROT.-----

-----A **António Pires** disse que a rotunda da Fonte dos Marcos está adjudicada e respondendo também ao senhor Presidente da Assembleia disse que a empresa não vai fazer os passeios, porque diz que na estrada antiga também não existiam passeios e porque por ali não é para as pessoas andarem a pé, porque foi arranjada uma alternativa para os peões passarem pela estrada velha, e havendo uma acessibilidade para o outro lado, não há necessidade de se passar por ali. Quanto à iluminação também não será feita, porque se trata de uma variante sendo uma estrada que não é para se passar por ali a pé.-----

-----No que se refere ao IMI, disse que a Câmara não terá espaço de manobra para mexer nisto, tendo neste momento Porto de Mós o valor mais baixo de todos. Também aqui o Governo é claro neste aspeto dizendo que não vai recuar e dizendo ainda que 5% é para o estado. -----

-----A **Virgílio Casimiro**, disse que gosta de o ver com essa garra na Assembleia Municipal.-----

-----A **Ana Narciso**, disse que esta cometeu um lapso, porque a Comunidade Intermunicipal começa aqui, não é uma entidade estranha, e o que lá se faz é proposto pelos concelhos que dela fazem parte, dizendo ainda que neste momento é ele próprio o seu Presidente.-----

-----**Carlos Venda** fez ainda um pequeno comentário acerca do que se passou em Alcobaça, aquando da aprovação das medidas do PROT, dizendo que a questão da votação não será tão indiferente quanto isso.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das *deliberações*: 1. Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respetiva Avaliação, bem como a Apreciação e Votação dos Documentos de Contas relativamente ao ano 2011; 2. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98, de 26 de maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância (Artigo 10º da Lei nº 24/98, de 26 de maio); 3. Modificações Orçamentais: 3ª Alteração às Grandes Opções do Plano do Ano de 2012; 4. Concessão de Exploração do Bar/Restaurante das Piscinas Municipais e do Bar de Apoio às Piscinas Exteriores; 5. PROC.N.º 182/2008- REQUERENTE – S.A.GASPAR, Lda., requer na qualidade de explorador da pedreira denominada “Pia do Além”, sita no lugar de Espinheiro, Freguesia de São Bento, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respetiva pedreira; 6. Designação pela Assembleia Municipal de dois cidadãos eleitores para integrarem a CPCJ – Comissão Alargada, nos termos da alínea I, do artigo 17º da Lei nº 147/99 de 1 de setembro; 7. Eleição de um autarca de freguesia para representação no Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal em conformidade com o disposto na alínea e), do nº 2, do artigo 157º do Decreto Lei nº 2/2011 de 6 de janeiro, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 00.35 do dia 25 de Abril e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

